



**Presidência da República  
Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

**Ata da Reunião Ordinária da Comissão Nacional Para Erradicação do Trabalho Escravo**

1 Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e nove, às dezesseis horas, na  
2 sala quatrocentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na Esplanada dos  
3 Ministérios em Brasília, foi realizada a Reunião Ordinária do CONATRAE, sob a  
4 Presidência do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República  
5 e **Presidente** da CONATRAE, **Ministro Paulo de Tarso Vannuchi** e com a presença  
6 dos seguintes **Conselheiros**: Dr. Marcelo Gonçalves Campos – Representante do  
7 Ministério do Trabalho e Emprego/MTE; Dr<sup>a</sup> Adriana Sobral Barbosa Mandarino –  
8 Representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA; Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia Loureiro –  
9 Gerente da Divisão de Assistência Social do Departamento de Saúde e Assistência  
10 Social do Ministério da Defesa; Dr. Rubens Portugal Barcellar Filho – Representante do  
11 Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ; Dr. Luiz Machado – Representante da  
12 Organização Internacional do Trabalho/OIT; Dr. Mauricio Correia de Mello –  
13 Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho/ANPT; Dr.  
14 Sebastião Vieira Caixeta – Representante da Procuradoria Geral do Trabalho/PGT; Dr.  
15 Eduardo Watanabe – Representante da Advocacia Geral da União/AGU; Dr. Xavier  
16 Marie Plassat – Representante da Comissão Pastoral da Terra/CPT; Dr. Leonardo  
17 Sakamoto – Representante da Repórter Brasil/Organização de Comunicação e  
18 Projetos; Dr<sup>a</sup> Wilnes Henrique – Assessora da Secretaria Geral da Presidência da  
19 República/PR; Dr. Antonio Carlos Bigonha – Representante da Associação Nacional  
20 dos Procuradores da República/ANPR; Dr. Marcus Barberino – Juiz do Tribunal  
21 Regional do Trabalho da 15<sup>a</sup> Região/SP; Dr<sup>a</sup> Rosângela Silva Rassy – Presidente do  
22 Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho/SINAIT; Dr<sup>a</sup> Rosa Maria Campos  
23 Jorge – Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do  
24 Trabalho/SINAIT; Dr<sup>a</sup> Tatiana Villa Carneiro – Representante da Confederação da  
25 Agricultura e Pecuária do Brasil/CNA; Dr. Ricardo Rezende – Representante da  
26 Comissão Grupo de Pesquisa de Trabalho Escravo Contemporâneo/UFRJ; Dr<sup>a</sup> Thais  
27 Hercly/SEDH; Dr<sup>a</sup> Márcia Marques – Assessora Parlamentar/SINAIT; Dr. Rômulo Golbi

28 do Amaral/AGU; Dr. Fausto Bruno Menezes – AGU/PGU; Dr. Victor Emanuel C.  
29 Lima/AGU. **Item I - Abertura e Informes do Presidente:** O presidente abriu a reunião  
30 cumprimentando os presentes, agradecendo a presença de todos e pedindo desculpas  
31 pelo atraso, pelo fato de ter ido fazer uma visita juntamente com a Ministra Nilcéia, ao  
32 Presídio Feminino. O Ministro agregou nos pontos de pauta, uma conversa sobre o  
33 Encontro Nacional de Trabalho Escravo, que a seu ver, tem que sair dali com um  
34 calendário e uma proposta e tem que ser feito até junho, pois para um encontro grande  
35 deve haver uma preparação de pelo menos seis meses. Sua primeira prioridade seria  
36 marcar uma conversa com o Ministro Jobim para ouvi-lo e dizer-lhe que como  
37 presidente da CONATRAE, tem um enorme interesse no trabalho conjunto. O Ministro  
38 perguntou se antes de seguir a pauta alguém gostaria de falar algo sobre este tema. A  
39 Dr<sup>a</sup>. Rosa informou que o SINAIT está numa fase de transição e que estava no  
40 momento, em companhia da nova presidente, Rosângela Rassy, aproveitando a  
41 oportunidade para apresenta-la a todos. O Dr. Sebastião Caixeta comunicou que o Dr.  
42 Otávio Brito Lopes o enviou para representá-lo na reunião e ele informou que foi  
43 aprovado no âmbito da CONAED um concurso de procurador uma vez por ano. O Dr.  
44 Marcus Barberino sugeriu tanto ao Ministério Público do Trabalho como ao Ministério  
45 do Trabalho e a todas as demais Agencias de Fiscalização do Estado, a reprodução  
46 das imagens que é objeto de fiscalização que da ao observador, ao julgador uma  
47 análise muito mais eloqüente. O Frei Xavier disse que ficou bastante aliviado em ver a  
48 confirmação na última reunião da CONAED que o conceito com o qual o Ministério  
49 Público do Trabalho, tem trabalhado na repressão do Trabalho Escravo é igual ao que  
50 comungam. Informou que tiveram algumas discussões também com o grupo móvel e  
51 que a preocupação seria em relação a capacidade de atendimento às denúncias de  
52 Trabalho Escravo, ao planejamento do atendimento do grupo móvel ao qual entra o  
53 Ministério do Trabalho, Ministério Publico do Trabalho, Policia Federal e a Policia  
54 Rodoviária Federal e as vezes, a AGU, verificando que falta transparência no  
55 atendimento as denúncias, falta mais agilidade no planejamento. **Item II – Aprovação**  
56 **final do Regimento Interno e da nova composição da CONATRAE:** Dando  
57 prosseguimento com os pontos da pauta, o Ministro disse que do ponto de vista  
58 combinado anteriormente, de fazer nesta última reunião do ano a aprovação definitiva  
59 do Regimento Interno com uma nova composição e não tendo aparecido nenhuma  
60 proposta, foi considerado aprovado por unanimidade. O que acontece também com a  
61 proposta do banco de boas práticas, tendo agora uma composição que representa um  
62 avanço e com ela, melhores condições de dar seqüência à programação, inclusive a

63 esse trabalho de monitoramento. **Item III – Apresentação do Pacto Nacional pela**  
64 **Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil:** A Dr<sup>a</sup>. Vilnez disse que a grande  
65 intenção do setor empresarial é criar um mercado internacional para o etanol e que o  
66 etanol se torne uma commodities, e isto não seria possível nas condições atuais, se não  
67 tivesse o esforço de contra partida do setor, quer em termos de sustentabilidade  
68 ambiental, quer em termos de sustentabilidade social. Informou que em julho de 2008  
69 montaram uma mesa nacional de dialogo para aperfeiçoar as condições de trabalho na  
70 cana de açúcar. Nessa mesa de negociação, tiveram participação do lado das  
71 lideranças das representações empresariais, O Fórum Nacional Super Energético, que  
72 reúne representações dos sindicatos patronais, do lado dos trabalhadores, a CONTAG,  
73 que tem a representação nacional e a FERAESP, que é a Federação dos Assalariados  
74 de Cana de Açúcar do Estado de São Paulo. Do lado do governo, a Secretaria Geral  
75 coordenou, mais tinha mais seis Ministérios, a Casa Civil, o Ministério da Agricultura, o  
76 Ministério do Trabalho, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do  
77 Desenvolvimento Social e o Ministério da Educação. Como é do conhecimento de  
78 todos, há um compromisso nacional e a Dr<sup>a</sup> Vilnez apresentou uma publicação do  
79 termo de compromisso. O termo foi assinado em junho e da parte das empresas, este é  
80 um compromisso de caráter voluntário. Informou que até o momento, tinha cerca de  
81 trezentos e trinta adesões, de unidades produtivas do setor sucroalcooleiro. De todos  
82 os Ministérios solidários com a série de compromissos de políticas publicas, são sete  
83 Ministérios. As empresas aderiram, assinaram um termo de adesão e estão ratificando  
84 esta adesão, preenchendo um cadastro. Durante o debate, o Dr. Leonardo Sakamoto  
85 demandou para a Dr. Vinez levar à Secretaria Geral da Presidência, que a CONATRAE  
86 seja convidada a participar oficialmente deste processo. Em relação ao pacto mostrou  
87 alguns pontos que o preocupava. Por exemplo, a ausência da obrigação do  
88 fornecimento de comida quente para os funcionários. Esta discussão pesou para  
89 muitos sindicatos. Informou surpreso, que das trezentas e nove empresas, que  
90 inicialmente haviam aderido ao pacto, pelo menos dezesseis haviam sido flagradas  
91 com trabalho escravo nos últimos tempos e três delas, estão na lista suja. A seu ver, é  
92 um problema porque as empresas que assinam compromissos se dispendo a melhorar  
93 estão usando, dentro e fora do Brasil, a assinatura do compromisso em seu benefício.  
94 A proposta do Pacto Nacional, é que quem estiver na lista suja, não poderá entrar no  
95 compromisso. A segunda proposta, já que vai ter uma auditoria independente,  
96 gostariam que esta auditoria independente, se considerasse as fiscalizações do  
97 Ministério de Trabalho e Emprego, porque não há melhor auditoria trabalhista no Brasil

98 do que as fiscalizações do grupo móvel. Outra preocupação, é com a imagem do país e  
99 também a imagem do setor sucroalcooleiro, ou seja: usar a questão do trabalho  
100 escravo no território nacional, para conseguir benefícios econômicos, protecionismo. O  
101 Dr. Marcus Barberino achou importante incorporar na atividade de monitoramento, o  
102 padrão mínimo estabelecido na legislação brasileira e o banco de dados público  
103 existente e que são informações públicas, portanto não podem ser desprezadas pela  
104 auditoria. O Dr. Sebastião Caixeta preferiu se ater na questão do monitoramento e da  
105 certificação. Outro ponto importante que foi mencionado pelo Dr. Marcus Barberino, foi  
106 a questão do pagamento por produção, que tem uma interface importante com a  
107 CONATRAE e precisa ser avaliado. O Ministro Vannuchi anotou duas propostas claras  
108 e objetivas. A primeira proposta é levar ao Ministro Luis Dulci que as pessoas incluídas  
109 na lista suja, de fato não possam assinar o compromisso. A segunda proposta é o que  
110 já tinha aparecido na fase anterior, que a CONATRAE tivesse participação no  
111 processo. Perguntou se havia mais alguma proposta concreta, da inter-relação.  
112 Agradeceu a Dr<sup>a</sup>. Vilnez a presença e pediu para transmitir ao Ministro Luis Dulci os  
113 agradecimentos e que examinasse estas sugestões do dialogo institucional  
114 permanente que pode ser feito através de uma representação da CONATRAE, de uma  
115 pessoa só participando das reuniões. O Ministro Paulo Vannuchi agradeceu a todos e  
116 reiterou o pedido a ONG Repórter Brasil, a Pastoral da Terra, para coligir qualquer  
117 material que venha para organizar o dossiê. Propôs a comemoração do dia Nacional de  
118 Combate ao Trabalho Escravo, vinte e oito de janeiro - Homenagem aos mortos de  
119 Unai. A próxima reunião ficou marcada para dez de fevereiro. Demonstrou a sua  
120 indignação pelo constrangimento de ter solicitado um avião da FAB para levar os  
121 conselheiros para a reunião em Campos, Rio de Janeiro e não ter usado pela falta de  
122 quorum. Propôs a realização de um grande encontro nacional em junho, cujo nome  
123 não esta definido ainda. O Dr. Leonardo Sakamoto informou o que foi discutido na  
124 reunião que aconteceu no gabinete do senador Néri com a presença do SINAIT, da  
125 CPT da OIT, presença de mais alguém do Ministério do Trabalho. Foram sugeridas  
126 algumas datas. Dia vinte e oito de janeiro, um evento que vai ser coordenado pelo  
127 SINAIT, uma vez que eles já realizam isto todo ano, em Brasília, ligado a justiça para  
128 lembrar a impunidade de Unai. Depois disto entre o dia vinte e oito de janeiro e dia três  
129 de fevereiro, uma série de eventos descentralizados nos estados. O Ministro Paulo  
130 Vannuchi agradeceu e encerrou relacionando os integrantes da comissão. A INPR, o  
131 Ministério do Trabalho, a OIT, CPT, Secretaria dos Direitos Humanos.